



Opinião Econômica

Lorena Hakak

Doutora em economia e professora da FGV. Atua como presidente da GeFam (Sociedade de Economia da Família e do Gênero)



Infância comprometida para além das águas no Rio Grande do Sul

É imperativo que políticas de investimento em saúde e educação sejam priorizadas no desastre natural

Os recentes acontecimentos no Rio Grande do Sul trouxeram à tona a devastação causada por intensas chuvas e enchentes, afetando quase todo o Estado desde o final de abril. Estes desastres naturais não só deixam um rastro de destruição e desolação, mas também resultam em perdas que se acumulam de forma exponencial. Muitas vezes acontecem de supetão, sem aviso prévio, e a perda inesperada nos desorienta, nos tira do eixo, especialmente quando perdemos entes queridos.

Até o momento não temos a dimensão total das perdas, não só das vidas que se foram, mas também dos bens materiais e da infraestrutura. O volume dessas perdas é tão grande que fica difícil pensar por onde recomeçar. Além disso, quais são as consequências de um evento dessa magnitude na vida dos cidadãos num prazo mais longo? Há repercussões sobre emprego, saúde,

moradia, educação, e violência, inclusive sexual. Eu trago uma discussão nessa coluna de algumas entre tantas das possíveis consequências das enchentes baseadas em pesquisa científica.

Existe evidência da relação entre desastres naturais e aumento da violência interpessoal. Foi noticiado na mídia que mulheres e crianças foram vítimas de abuso dentro de abrigos. A desorganização social criada pela calamidade proporciona uma janela de oportunidade para agressores, exacerbando a violência doméstica, que pode continuar mesmo dentro dos abrigos. Num período de calamidade, essas vítimas podem enfrentar barreiras adicionais para deixar o ambiente violento no qual vivem, especialmente quando dependem da família para apoio financeiro ou para se qualificar para outros tipos de assistência após o desastre. O próprio auxílio financeiro concedido pelo governo, se en-

tregue a somente um membro da família, por exemplo, ao homem, pode afetar a autonomia da mulher dentro do domicílio.

Praticamente todos os moradores das áreas atingidas pelas enchentes foram afetados. Porém, mulheres, crianças, idosos e pessoas mais vulneráveis sentem os efeitos dos desastres, em geral, de forma mais intensa. Um estudo sobre as consequências de enchentes que aconteceram na Alemanha em 2013 mostra que o custo econômico dos estragos atinge as famílias de forma desigual, especialmente em relação à renda, aumentando a desigualdade entre famílias. Famílias que têm crianças ou um aposentado como chefe de família são as mais afetadas.

As crianças, inclusive, podem ser atingidas pelos desastres desde o útero. O estudo *The impact of early life shocks on human capital formation: Evidence from El Niño floods in Ecuador*

sobre os efeitos das enchentes causadas pelo El Niño no Equador (1997-1998) mostra que as consequências podem não ser aparentes no momento do evento, mas podem persistir ao longo do tempo. O momento da gestação no qual a criança foi exposta ao evento pode ter diferentes impactos sobre ela. A exposição dentro do útero, especialmente no 3º trimestre ou no primeiro ano de vida, traz efeitos negativos para a altura dessas crianças, entre cinco e sete anos depois. Crianças expostas ao evento por três meses no útero têm uma probabilidade de 5.4 pontos percentuais a mais de desenvolver anemia sete anos depois. Adicionalmente, a autora desse estudo encontra efeitos negativos no desenvolvimento cognitivo das crianças, especialmente as atingidas no 1º trimestre, entre cinco e sete anos depois.

Faz pouco mais de dois anos que saímos da epidemia da Co-

vid. Um choque negativo como as enchentes têm seu poder de destruição amplificado, já que afetam a renda familiar, a nutrição materna, o estresse e a saúde. As crianças já enfrentaram prejuízos durante a pandemia, especialmente no que diz respeito ao aprendizado. Num desastre natural dessa magnitude, como que ocorre no Rio Grande do Sul, é imperativo que políticas de investimento em saúde e educação sejam priorizadas, com foco em famílias desfavorecidas, mulheres grávidas e crianças, para mitigar os efeitos duradouros. Os efeitos do desastre podem não ser imediatos, mas, se não forem abordados adequadamente, podem afetar negativamente as crianças ao longo de suas vidas, inclusive em sua futura atuação no mercado de trabalho. A literatura empírica sobre desastres naturais pode ajudar os gestores nesse momento difícil de decidir as prioridades entre as prioridades.

PROGRAMA

banrisul reconstruir RS

R\$ 7 bilhões para as nossas empresas seguirem em frente.

Saiba mais em banrisul.com.br/reconstruir



escala

Arrecadação gaúcha caiu 22,7% até 23 de maio, mostra Receita Estadual

/CLIMA

O vice-governador do Rio Grande do Sul, Gabriel Souza, afirmou, na tarde de quarta-feira, que a crise climática que atinge o Estado é “pior que a pandemia” para a arrecadação dos cofres públicos.

Inicialmente, o governo gaúcho projetava uma arrecadação de R\$ 3,02 bilhões no período entre os dias 1º e 23 de maio, mas o valor obtido com o ICMS ficou em R\$ 2,34 bilhões, uma queda de 22,7%. De acordo com Gabriel, esse valor pode ser ainda maior em junho, com perda de quase 50% nas receitas.

Os dados referentes a este mês fazem parte do Boletim econômico-tributário da Receita Estadual, divulgado pelo governo do Estado, com informações

sobre os negócios de todos os portes. De acordo com o vice-governador, na pandemia, assim que as pessoas puderam se reunir novamente, a atividade econômica e a arrecadação retornaram. “Agora o que temos é a destruição de empresas, indústrias, rodovias, pontes. Há municípios que perderam todo o parque industrial, diminuímos a arrecadação, porque a produção privada foi fortemente afetada”, explicou.

Ele comentou também que o governo solicitou ao Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a compensação da perda da arrecadação. “Ao contrário da pandemia, não temos como reativar a economia. É uma situação dramática. Além disso, não é só o Rio Grande que está pedindo a compensação, outros estados

também estão”, afirmou.

Gabriel disse que o recurso de quase R\$ 11 bilhões da suspensão da dívida com a União por 36 meses, aprovado pelo governo federal, que serviria para reconstruir o Estado com obras importantes de infraestrutura, poderia ser utilizado para o “custeio da máquina”, caso não haja a compensação na arrecadação. “Até para não acontecer eventual atraso salarial”. A perda na arrecadação foi tamanha, segundo ele, que não haverá hipótese a não ser usar os recursos da suspensão da dívida.

“Não há ambiente para combinar a perda da arrecadação com investimentos no Estado”. Apesar disso, o governo federal foi claro ao sinalizar que os recursos da suspensão servem para a reconstrução do Estado.

O vice-governador apontou, ainda, que as receitas ordinárias são necessárias, uma vez que houve aumento de investimento na segurança pública

e saúde. “Por isso, a pauta da compensação é prioritária para compor a agenda de reconstrução do Rio Grande do Sul”, afirmou o vice-governador.



FERNANDA FELTES/JC

Crise climática é “pior que a pandemia” para a arrecadação, disse Souza